Sumário

Número de notícias: 32 | Número de veículos: 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Leis facilitam lavagem no garimpo de ouro, dizem PF e Receita 4

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL
Reajuste para policiais prometido por Bolsonaro pode custar R$ 2,8 bi 5

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
PEC dos precatórios ainda pendente 8

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
SEGURIDADE SOCIAL
Ampliado, open banking vira open finance a partir de hoje 9

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL
Uso de dado de servidor na mira de investigação 12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL
Câmara aprova PEC dos Precatórios em 1° turno 13

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Prova de vida do INSS volta a ser obrigatória em janeiro (Previdência) 14

FOLHA ONLINE - SP
SEGURIDADE SOCIAL
Atrasados do INSS terão correção pela Selic (PEC dos Precatórios) 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO
Trilha aberta para outras categorias 18

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO
Prefeitos tentam no Congresso desarmar "bomba fiscal" de R$ 70 bi 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO
Velho Bolsonaro volta depois das 7 ondas - VERA MAGALHAES 22

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
REFORMA TRIBUTÁRIA
Capacidade de país crescer gera fragilidade fiscal, diz Campos Neto 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA
Ao governo o que é do governo? 24

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Preço do gás residencial deve subir de 32% a 41% 25

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS
Após interrupção, Audi volta a produzir carros em fábrica do Paraná 26

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA
Brasil cresce menos 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
PEC precária (Editorial) 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Deputados aprovam texto-base da segunda parte da PEC do Calote 29

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Queda nos serviços amplia previsões de retração da economia no 4° trimestre 31

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
BC indica que juro ficará acima do esperado até 2023 34

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA
Petrobras anuncia redução de 3,1% no preço da gasolina 35

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA
Pisando forte no freio da inflação (Editorial) 36

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA
Custos econômicos do combate à corrupção (Artigo) 37

O ESTADO DE S. PAULO - A FUNDO
ECONOMIA
América Latina flerta com as criptomoedas 39

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
BC indica juros de dois dígitos para conter inflação 43

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
O positivo avanço do Open Banking (Editorial) 44

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA
Serviços recuam 1,2% em outubro, a maior queda no mês em cinco anos 45

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Para viabilizar auxílio 47

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA
Risco fiscal leva BC a adotar viés mais contracionista 48

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Consultorias cortam estimativas para o PIB 49

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA
Equipe de Guedes quer teto para reajustes e incluir poucas categorias 50

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA
Copom pretende manter os juros altos até 2023 (Editorial) 51

Leis facilitam lavagem no garimpo de ouro, dizem PF e Receita

Luísa Martins

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Reajuste para policiais prometido por Bolsonaro pode custar R$ 2,8 bi

Thiago Resende, Marianna Holanda e Idiana Tomazelli

O reajuste prometido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL) a policiais deve custar cerca de R$ 2,8 bilhões no próximo ano, quando ele pretende concorrer à reeleição.

O gasto com o projeto de reestruturação das carreiras da Policia Federal, Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) foi calculado pelo Ministério da Justiça. A despesa até 2024 é estimada em R$ 11 bilhões.

Bolsonaro entrou em campo para garantir o reajuste a essas corporações, que fazem parte da sua base de apoiadores, como mostrou a Folha em novembro.

A promessa chega em um momento em que as carreiras têm, reservadamente, se mostrado insatisfeitas com Bolsonaro. Segundo auxiliares palacianos, os policiais se queixam de que, apesar de estarem próximos ao presidente, não tiveram benefícios nos três anos de governo, como os militares.

O aumento mais recente para os policiais federais entrou em vigor em 1° de janeiro de 2019, mas fora aprovado ainda sob Michel **Temer** (MDB).

O chefe do Executivo tratou do assunto em reunião no Planalto na tarde desta terça-feira (14) com o ministro da Justiça, Anderson Torres, os diretores-gerais da Polícia Federal, Paulo Maiurino, da Polícia Rodoviária Federal, Silvinei Marques, e do Departamento Penitenciário, Tânia Fogaça.

Segundo relatos, não houve acerto final, mas representantes das polícias já começaram as conversas com a Economia para ver o que é possível ser feito em termos de reestruturação salarial.

As equipes têm pressa, uma vez que a ideia é que se chegue ainda neste ano a um valor do impacto financeiro, para que seja possível incluir a previsão na proposta orçamentária de 2022, ainda em análise no Congresso. Os estudos sobre a reestruturação das carreiras, por sua vez, seriam concluídos no ano que vem.

A Folha apurou que o Ministério da Economia vai enviarão relator do Orçamento de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), um ofício comunicando a intenção de conceder o reajuste, mas sem detalhar ainda as carreiras beneficiadas. O objetivo é reservar o espaço que será necessário para ampliar os salários.

Das três corporações, a proposta que está mais encaminhada é a do Depen, que já teria sido construída com a Economia nos últimos meses. Mas a ideia é que todas as três reestruturações -e reajustes- sejam anunciados conjuntamente.

De acordo com relatos de quem acompanha as discussões, a ideia para os policiais federais é implementar um padrão de promoção escalonada de carreira, a cada cinco anos. O objetivo seria evitar a evasão na carreira.

Já a PRF teria a mais radical mudança na estrutura da carreira, segundo o plano do ministério de Torres, também com impacto salarial No caso do Depen, a ideia de transformar o cargo de agente federal de execução penal em policial penal federal, vinculado ao ministério, mudando inteiramente a carreira.

Apesar de insatisfeitas com o congelamento de seus salários, as categorias policiais do governo federal estão entre os maiores salários da Esplanada.

Na PF, a remuneração de um agente vai de R$ 12.522,50 a R$ 18.651,79 mensais, segundo o Painel Estatístico de Pessoal do governo federal. Os delegados ganham de R$ 23.692,74 a R$ 30.936,91.

Na PRF, os vencimentos vão de R$ 9.899,88 a R$ 16.552,34 mensais. Agentes do Depen, por sua vez, têm remuneração entre R$ 5.572,23 e R$ 10.357,30, segundo os dados do painel.

Para conceder o reajuste, é necessário reservar verba para bancar o projeto de reestruturação dessas carreiras, que ainda precisa tramitar pela Câmara e pelo Senado.

Segundo técnicos do Congresso, será necessário fazer cortes de despesas em outras áreas para poder acomodar esse aumento salarial na previsão de gastos de 2022.

A promessa de Bolsonaro já enfrenta resistência entre parlamentares. A aliados o relator da peça orçamentária de 2022, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), afirmou que tentará reduzir o impacto da medida para R$ 1,4 bilhão.

O plano do relator é prever que o reajuste tenha validade a partir de julho. O argumento dele, segundo deputados próximos a Leal, é que o Congresso precisa de tempo para votar o projeto de reestruturação das carreiras e, diante do aperto nas contas públicas, falta espaço para atender todo o pedido de R$ 2,8 bilhões.

A respeito de onde viriam os recursos, a equipe que formula a versão final do Orçamento tem dito que ainda analisa como será feito o corte caso o governo e o Congresso queiram conceder o reajuste.

"Não é bom falar antes de as coisas acontecerem. Mas temos reunião com a equipe econômica. Para discutir uma coisa que interessa a todos vocês", disse o presidente nesta terça em evento no Palácio do Planalto sobre ações da PRF (Policia Rodoviária Federal) nas estradas.

Na véspera, Torres levou os diretores das corporações para reunião com o ministro da Economia, Paulo Guedes, para tratar do reajuste salarial.

Delegado, o ministro deve ser candidato a deputado federal pelo Distrito Federal e garantir o benefício às carreiras é uma importante pauta para ele na disputa em 2022.

Nesta terça, o ministro da Justiça disse que os valores dos reajustes, impacto fiscal e outros detalhes seriam definidos junto com equipe econômica. "Tem de fazer a previsão orçamentária. Para no ano que vem apresentar uma medida provisória", afirmou.

O pedido para que o reajuste seja concedido via MR que tem vigência imediata, enfrenta a resistência de técnicos da pasta da Economia.

Na avaliação desses técnicos, um reajuste salarial não atende aos requisitos de relevância e urgência para que o presidente assine uma medida com força de lei. Apesar disso, outros reajustes a categorias de servidores já foram concedidos via MR como para auditores fiscais da **Receita Federal**, no fim de 2016.

A área econômica também diz que o reajuste precisará se adequar ao espaço que for definido no Orçamento para a medida. Assim, quanto mais cedo entrar em vigor a reestruturação salarial, menor seria o reajuste em termos porcentuais.

Leal tenta finalizar as contas para levar o projeto de Orçamento de 2022 à votação no Congresso até o fim da semana. No entanto, já há pressão para que a proposta seja analisada apenas na próxima semana.

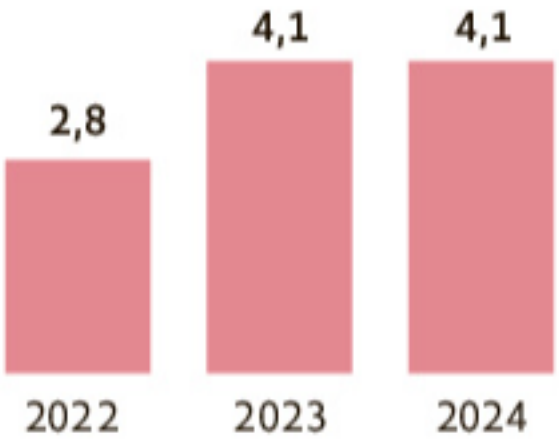
O relator tem sido pressionado por líderes partidários a garantir recursos para as emendas de relator, mecanismo criado no Orçamento de 2020 para elevar o volume de emendas parlamentares e que tem sido usado para privilegiar aliados do governo na liberação de recursos.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Bolsonaro pressiona por reajuste salarial a policiais

Custo da medida

Em R$ bilhões



Categorias beneficiadas

- Polícia Federal
- Polícia Rodoviária Federal
- Departamento Penitenciário Nacional

Fonte: Ministério da Justiça

PEC dos precatórios ainda pendente

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, o texto-base da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 46/21, que contém os trechos não promulgados da versão do Senado para a PEC dos Precatórios (PEC 23/21). O placar foi de 327 votos favoráveis a 147 contrários. A proposta determina, para 2022, a aplicação dos recursos economizados com o limite de pagamento de precatórios exclusivamente em **seguridade social** e no Auxílio Brasil, programa substituto do Bolsa-Família. Os deputados terão, agora, de apreciar todos os destaques, as sugestões de alteração do texto, a exemplo das regras que definem a quitação dessas dívidas. Após a conclusão dessa etapa, o projeto será votado em 2° turno na Casa, antes de ser encaminhado para promulgação. O texto teve aprovação da Câmara, em novembro, e do Senado, em dezembro, mas os senadores fizeram mudanças na proposta original, por isso, o retorno à Câmara.

Site:
https://digital.em.com.br/estadodeminas/15/12/2021/p1

Ampliado, open banking vira open finance a partir de hoje

Larissa Garcia

A quarta fase do open banking, ou sistema financeiro aberto, começa nesta quarta (15) e prevê a integração de serviços não bancários ao modelo, como previdência, seguros, câmbio e investimentos.

A inclusão desses produtos dá início ao formato ampliado do sistema, conhecido como open finance.

"Com a fase 4, o open banking inicia o compartilhamento de um conjunto de informação além de produtos e serviços bancários tradicionais, o que marca o início de sua migração para open finance", afirmou o Banco Central em nota na semana passada.

O open banking (agora open finance) é um conjunto de regras e padrões estabelecidos pelo BC para o compartilhamento de dados, sob expressa autorização do cliente, entre instituições financeiras.

O modelo dá ao consumidor a possibilidade de autorizar ou não que bancos e fintechs consultem seu histórico bancário e outras informações, que antes eram privadas e de difícil acesso inclusive para o próprio usuário.

Na quarta fase, o BC determina que informações de serviços financeiros não bancários também sejam disponibilizadas. Dessa forma, ele não precisa construir um novo relacionamento na hora de migrar de instituição, pode apenas levar seus dados. Além disso, o sistema permite que sejam oferecidos produtos e serviços mais vantajosos por bancos com o qual não se tem vínculo.

Na prática, a nova etapa só sairá do papel em março de 2022. Agora, os bancos terão que iniciar processo de certificação funcional das APIs- conjuntos de protocolos que permitem que um sistema se conecte a outro para consumir dados de maneira padronizada- dos serviços que serão compartilhados.

Depois de obtidos os certificados, os bancos deverão registrar as informações nas APIs. Para serviços de seguros, **previdência complementar** e capitalização, o prazo é até 4 de março do próximo ano.

Os serviços de credenciamento em arranjos de pagamentos (maquininhas de cartão) terão até 11 de março para fazer o registro. Já as operações de câmbio devem estar integradas até 18 de março.

Informações sobre produtos de investimentos deverão ser compartilhadas até 25 de março de 2022.

Para especialistas, o open finance será sentido pelo consumidora médio e longo prazo, diferentemente do Pix (sistema de pagamento instantâneo) , que teve adesão imediata.

"Esse é o ponta pé de preparação para o open finance, em que outros dados financeiros poderão ser compartilhados no sistema aberto. O BC pretende com o escalonamento trazer eficiência na implementação, e especialmente garantir a qualidade desse ecossistema que está sendo construído pelo mercado", diz a coordenadora do projeto no Tri-banco, Paloma Oliveira.

"A estratégia de open banking no Brasil está sendo bem planejada pelo mercado e pelo BC para chegar ao consumidor de forma segura e estável, acredito que os ganhos virão a médio prazo visto que é uma transformação digital do mercado como um todo." Leandro Pupe Nóbrega, da plataforma de open banking Belvo, diz que o novo modelo deve abrir possibilidades de novos modelos de negócios.

"Quando o cliente tiver acesso de forma facilitada a um serviço financeiro completamente adaptado ao contexto em que ele vive, a aderência ao open banking será exponencial e viveremos um novo mundo de infinitas possibilidades", diz.

"Quando falamos sobre compartilhamento de dados, estamos dizendo na capacidade da empresa de agregar mais dados, e com isso gerar mais informações. Hoje a informação é o novo petróleo, com ela as empresas são capazes de gerar novas transações." Em seu ponto de vista, o setor de seguros, por exemplo, deve ser destaque com a implementação da quarta fase.

"O setor que ganha mais destaque nesta fase é o de seguros, movimento também conhecido como open Insurance, pois a maioria dos brasileiros não tem acesso a esse tipo de serviço, e, quando os utiliza, tem uma experiência muito ruim. Aqui mais uma vez temos a possibilidade de utilizar o compartilhamento

de dados a favor do cliente." Na avaliação de Wagner Ferreira, presidente da fintech Teddy Open Banking, a integração desses produtos deve aumentara competitividade entre fintechs e bancos.

"Fintechs que atuam com o mercado cambial também terão a chance de competir com grandes bancos. Teremos um ecossistema com o open banking muito concorrido, no qual atendimento, melhor oferta, agilidade e tecnologia farão a diferença", diz.

Ferreira ressalta que a adesão ao open finance pela população será de forma gradativa.

"O compartilhamento de dados acaba gerando uma certa desconfiança nos consumidores, fazendo com que eles imaginem que é importante apenas para a instituição financeira. Mas não é bem assim, ele terá grandes benefícios ao compartilhar esses dados pois terá mais ofertas de produtos, serviços e taxas mais atrativas de forma totalmente segura e criptografada com certificação digital."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Entenda o open banking (agora open finance)

O que é Conjunto de regras e padrões estabelecidos pelo BC para o compartilhamento de dados, sob autorização do cliente, entre instituições financeiras

O que o consumidor teria a ganhar? Um exemplo seria o compartilhamento de dados sobre um empréstimo, como juros, prazo e vencimento. A ideia é que, sabendo das condições de crédito dadas ao consumidor pela instituição "A", a "B" consiga oferecer juros menores ou prazos mais alongados, na condição de que o cliente migre seu financiamento

CRONOGRAMA DA QUARTA FASE

15.dez.21 Início das certificações das instituições participantes
Até 4.mar.22 Integração de seguros, previdência complementar aberta e capitalização
Até 11.mar.22 Integração de serviços de credenciamento em arranjos de pagamento (maquininhas de cartão)
Até 18.mar.22 Integração de operações de câmbio
Até 25.mar.22 Integração de produtos de investimento

Uso de dado de servidor na mira de investigação

Matheus Schuch, Fabio Murakawa e Lu Aiko Otta

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Câmara aprova PEC dos Precatórios em 1° turno

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Prova de vida do INSS volta a ser obrigatória em janeiro (Previdência)

Luciana Lazarini

A prova de vida do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) volta a ser obrigatória a partir de 2022 e o órgão já suspenderá benefícios por falta de recadastramento a partir de fevereiro. No país, 3.313.845 segurados ainda precisam realizar a prova de vida até janeiro de 2022, segundo dados do **INSS** de outubro, os últimos disponíveis. No total, 32.994.656 já fizeram a fé de vida (somando os recadastramentos realizados em 2020 e 2021).

Dois grupos precisam fazer a atualização até o dia 31 de janeiro: os aniversariantes de janeiro e os beneficiários que têm prova de vida vencida entre novembro de 2020 e junho de 2021. Quem perder o prazo terá o pagamento suspenso em fevereiro, informou o **INSS**.

A partir de 2022, todos os bancos vão considerar o mês de aniversário para a prova de vida. Segundo portaria do **INSS** , a comprovação deverá ser feita preferencialmente por atendimento eletrônico do banco responsável pelo pagamento, com uso de biometria. Os bancos também fazem esse tipo de atendimento presencialmente, para quem precisar.

Todos os beneficiários que estão com a prova de vida vencida entre novembro de 2020 e junho de 2021 terão até 31 de janeiro para fazer a atualização. As aposentadorias, pensões e demais benefícios desses segurados não foram cortados porque o recadastramento obrigatório está suspenso até 31 de dezembro de 2021, conforme lei de setembro .

O **INSS** criou um calendário de vencimentos para a retomada da prova de vida obrigatória, com prazos que vão até abril de 2022. Em fevereiro de 2022, por exemplo, acaba a tolerância para quem está com a prova de vida vencida nos meses de julho e agosto de 2021. Confira o calendário de vencimentos

Mesmo sem ser obrigatória, a prova de vida continua sendo feita pelos bancos. Ou seja, não é preciso esperar até 2022 para fazer o recadastramento. Segundo o **INSS**, cerca de 36 milhões de beneficiários devem fazer a prova de vida anualmente. O procedimento voltará a ser obrigatório para todos que recebem benefícios por meio de conta-corrente, poupança ou cartão magnético. Como funcionam os bloqueios

A partir de janeiro de 2022, em caso de ausência de comprovação de vida no mês de aniversário do segurado, o **INSS** enviará os dois pagamentos seguintes com bloqueio aos bancos. Caso não seja feita a comprovação de vida após o segundo bloqueio, o benefício será suspenso. Após seis meses de suspensão, será cancelado (cessado).

Se o benefício estiver com o pagamento bloqueado ou suspenso, o beneficiário deve ir ao banco e realizar a prova de vida. Com isso, a renda será reativada, e os pagamentos, liberados. Após o cancelamento, o benefício terá que ser reativado por meio de biometria pelo aplicativo Meu **INSS** . Outra opção será agendar o serviço "Realizar Prova de Vida - Situações Excepcionais", no Meu **INSS** ou pelo atendimento telefônico do 135. Onde fazer a prova de vida

.No banco:

A prova de vida deve ser feita no banco onde o aposentado ou pensionista recebe seu benefício. O segurado deverá levar um documento de identidade com foto (RG, carteira de motorista ou a carteira de trabalho). O procedimento é feito pessoalmente nas agências bancárias, pelos caixas eletrônicos (para quem tem biometria cadastrada) e, em algumas instituições, pelo internet banking ou nos aplicativos oficiais dos bancos. Há instituições em que as operações em que o cliente usa a biometria no mês de validação do recadastramento já são consideradas prova de vida.

.No **INSS**:

Maiores de 80 anos e beneficiários a partir de 60 anos que tenham dificuldade de locomoção podem fazer a prova de vida em domicílio. O beneficiário ou um familiar pode agendar, pelo 135 ou pelo Meu **INSS**, uma visita de um funcionário do órgão.

.Pelo Meu **INSS**:

Segurados com biometria facial cadastrada no TSE (via título de eleitor) e no Detran podem fazer a prova de vida digital, por meio do Meu **INSS** . Para saber se pode fazer o recadastramento pelo celular, é preciso acessar o Meu **INSS**.

Com procurador

Quem não puder ir ao banco por dificuldades de locomoção ou por motivo de doença pode fazer a prova de vida por meio de um procurador. Mas, para isso, é preciso que a procuração seja cadastrada previamente no **INSS**. A prova de vida por procuração também é uma alternativa para beneficiários que moram no exterior. Bancos devem assegurar prioridade a idosos

A portaria do **INSS** que unificou o mês de aniversário como critério para vencimento estabelece que os bancos devem facilitar e auxiliar o beneficiário que tenha a partir de 80 anos ou que tenha dificuldade de locomoção para evitar ao máximo o seu deslocamento até a agência bancária. Caso isso ocorra, o beneficiário deve ter preferência máxima de atendimento.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/prova-de-vida-do-inss-volta-a-ser-obrigatoria-em-janeiro.shtml

Atrasados do INSS terão correção pela Selic (PEC dos Precatórios)

Cristiane Gercina

Os atrasados do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) pagos na Justiça terão correção pela taxa básica de juros da economia, a Selic, conforme determinado pela emenda constitucional 113 , que passou a valer no dia 9 de dezembro.

Embora a Selic esteja subindo , a nova regra deve diminuir o valor pago a aposentados e pensionistas que vão ao Judiciário para ter a concessão ou revisão do benefício do **INSS**. Para especialistas em Previdência, o índice é inconstitucional.

A atualização monetária consta na parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios que foi consenso no Congresso e se tornou válida após a promulgação e publicação da emenda. Ela será aplicada nos precatórios, que são as dívidas judiciais do governo acima de 60 salários mínimos, e também vale para as RPVs (Requisições de Pequeno Valor), de até 60 salários mínimos.

Segundo a norma, todas as dívidas da Fazenda pública devem ser atualizadas pela Selic. "Nas discussões e nas condenações que envolvam a Fazenda pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, de remuneração do capital e de compensação da mora, inclusive do precatório, haverá a incidência, uma única vez, até o efetivo pagamento, do índice da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulado mensalmente", diz o artigo 3º da lei.

O advogado Roberto de Carvalho Santos, presidente do Ieprev (Instituto de Estudos Previdenciários), explica que a mudança na Constituição altera os índices que vêm sendo pagos hoje, substituindo, inclusive, os juros de mora.

Até 9 de dezembro, precatórios e RPVs estavam sendo corrigidos pela **inflação** medida pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) mais juros de 0,5% ao mês. A partir da emenda, a Selic substitui o índice de **inflação** e os juros.

"A correção e os juros sofrerão incidência de índice percentual único, afastada a sistemática anterior de correção mais juros", explica o advogado, lembrando que o valor a ser pago ficará menor.

"Em novembro de 2021, a Selic corresponde a 0,59%. De acordo com o que consta na emenda constitucional 113, esse seria o índice aplicado a título de correção e juros. Aplicando a sistemática anterior, a correção monetária corresponderia a 0,84% e juros de 0,4412%, somando 1,2812%." Especialistas dizem que correção é inconstitucional

Para os especialistas em Previdência, a nova correção dos atrasados é inconstitucional, por se tratar de uma taxa de juros que baliza a economia, e não de um índice que recomponha o poder de compra dos aposentados e pensionistas do **INSS** e de demais cidadãos que tenham valores a receber do governo.

Emerson Lemes, diretor do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), considera que as novas regras constitucionais desafiam o direito de propriedade, pois a taxa Selic não faz a recomposição da perda dos segurados do **INSS**. "Trata-se de uma taxa de juros, e juros são devidos como penalidade pela demora (ou atraso) em pagamentos, e não como compensação pela **inflação**", afirma ele.

A advogada Adriane Bramante, presidente do IBDP, reforça a inconstitucionalidade da medida, já que a correção dos atrasados do **INSS** foi discutida pelo STF (Supremo Tribunal Federal). "Está em desacordo com o definido pelo STF no tema 810", diz ela.

Neste julgamento, encerrado em fevereiro de 2020, o Supremo entendeu que utilizar a TR (Taxa Referencial) como correção para precatórios e RPVs é inconstitucional. O correto, segundo o órgão, é o uso de um índice de **inflação** para corrigir o poder de compra dos aposentados.

A advogada Carolina Centeno, sócia do escritório Arraes e Centeno Advocacia, acredita que é preciso acompanhar de perto o que está sendo debatido no que diz respeito aos precatórios para evitar mais perdas, já que a PEC dos Precatórios, inicialmente, era uma alternativa para conseguir verba para pagar o Auxílio Brasil e acabou afetando o índice de correção das dívidas judiciais.

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

newsletter folhamercado

De 2ª a 6ª pela manhã, receba o boletim gratuito com notícias e análises de economia

Site:
https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/12/atrasados-do-inss-terao-correcao-pela-selic.shtml

Trilha aberta para outras categorias

rosana hessel

Com a decisão de reestruturar as carreiras e aumentar os salários dos servidores da área de segurança, o presidente da República dá um péssimo sinal sobre a falta de controle das contas públicas, de acordo com analistas ouvidos pelo Correio.

"Essa é uma decisão claramente política. Bolsonaro busca atender a sua base de apoio mais próxima", destacou o especialista em contas públicas Murilo Viana.

Como contrapartida à liberação de recursos para reduzir os efeitos econômicos da pandemia da covid-19, os salários do funcionalismo federal e dos governos regionais foram congelados até dezembro deste ano. Policiais e militares, contudo, ficaram fora da restrição.

Segundo Viana, será muito difícil para o governo, agora, negar reajustes para outras categorias. "Mesmo com a aprovação da PEC dos Precatórios, que abre espaço de mais de R$ 100 bilhões no teto de gastos, o governo terá dificuldades para atender demandas de correção inflacionária da remuneração dos servidores. Basta ver a forte pressão do Congresso para viabilizar fartos recursos com as emendas do relator e mais verbas para o Fundo Eleitoral", disse o analista. Para ele, o governo já deu a sinalização clara de que pretende priorizar politicamente dois grupos de servidores: policiais e militares.

Prioridades

Do ponto de vista da qualidade do gasto público, esse reajuste para policiais "é bastante questionável", segundo o analista. "O governo deveria priorizar, por exemplo, zerar a fila de famílias cadastradas no CadÚnico que apresentam dificuldades de acessar benefícios sociais, como o Auxílio Brasil", defendeu. O Ministério da Economia não quis comentar o assunto.

Conforme dados do Painel de Estatísticas de Pessoal da pasta, apesar do congelamento salarial e da queda de quase 2% no número de servidores desde outubro de 2020, os gastos mensais com a folha não diminuíram na mesma proporção. "No caso da União, há uma queda associada às despesas com os servidores civis, mas, no caso dos militares, que tiveram reestruturação no sistema de proteção social e reforma na carreira, o gasto vem aumentando", destacou Viana.

A economista Juliana Damasceno, da Tendências Consultoria, não tem dúvidas de que as demais categorias vão pressionar por reajustes em 2022, porque "a **inflação** tende a ser mais prolongada no ano que vem". Na avaliação dela, o governo está dando um tratamento "diferenciado e seletivo" para os policiais e militares. "Isso mostra a falta de compromisso com a isonomia das rubricas dentro do Orçamento. Não é apenas o poder de compra dos policiais e dos militares que está sendo corroído pela **inflação** de dois dígitos, mas de toda a população e todos os **servidores públicos**", afirmou.

De acordo com Juliana Damasceno, o governo deveria rever a estrutura de gastos e cortar os mais custosos e ineficientes. "O governo está dando mais um sinal de que está caminhando na contramão da austeridade fiscal. A PEC dos Precatórios, por exemplo, só aumenta a despesa e não vai resolver o problema dos 22 milhões de famílias que ficaram desassistidas com o fim do auxílio emergencial", lamentou.

Prefeitos tentam no Congresso desarmar "bomba fiscal" de R$ 70 bi

DANIEL WETERMAN GUSTAVO PORTO

Municípios resolveram pressionar parlamentares para evitar o que definem como uma "bomba fiscal" estimada em R$ 70 bilhões por ano a partir de 2022. Para isso, os prefeitos tentam emplacar uma agenda na última semana de trabalhos do Congresso que envolve rejeitar o piso da enfermagem e conceder um reajuste menor para o salário do magistério, entre outras medidas que desafiam os gestores municipais, preocupados com a capacidade da arrecadação em 2022.

A tentativa dos prefeitos é de evitar a queda na receita e impedir a aprovação de projetos que aumentam gastos sem novas fontes de custeio para os cofres municipais. Após os repasses feitos em função da pandemia de covid-19, as transferências do governo federal tendem a cair no próximo ano. Por outro lado, há pressão de **servidores públicos** por reajustes.

Estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), ao qual teve acesso o Estadão/ Broadcast Político, aponta um impacto de R$ 70 bilhões por ano com medidas que podem ser votadas no Congresso e decisões tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). "É uma bomba que já existe, não é uma bomba montada", afirmou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

REVISÃO DO MAGISTÉRIO. Na Câmara, os prefeitos voltaram a cobrar a aprovação de um projeto para alterar a regra de cálculo do piso do magistério.

Atualmente, o valor é estipulado de acordo com o custo por aluno do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Para o ano que vem, o reajuste previsto é de 31,3%. O projeto defendido por prefeitos adota o INPC (índice de **inflação**) acumulado do ano anterior como parâmetro, sem aumento real. Até novembro, o INPC acumulou 11,08%. Sem o projeto, a confederação calcula um impacto de R$ 28,7 bilhões para os municípios.

Paralelamente a um piso menor, os municípios querem aprovar uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para livrar de punição quem não investiu o mínimo exigido pela Constituição na educação na pandemia de covid- 19. Esse combo de demandas enfrenta resistência de professores e outros profissionais ligados à área, que prometem fazer pressão no Congresso do lado contrário.

"É um contrassenso ao que os próprios prefeitos defendem, que é a valorização dos profissionais. Além disso, é um discurso contraditório.

Querem ser liberados de gastar os 25% na educação. Recurso tem, falta vontade política e planejamento", afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Heleno Araújo.

PISO PARA ENFERMAGEM. Os prefeitos tentam barrar a votação do piso da enfermagem, aprovado pelo Senado e pendente de análise na Câmara. A proposta institui um piso de R$ 4.750 para os enfermeiros.

Os municípios, no entanto, reclamam da falta de financiamento para cobrir o pagamento com os profissionais a partir de agora. O impacto calculado é de R$ 8,73 bilhões.

A conta da bomba fiscal considera uma queda de arrecadação de R$ 13,7 bilhões com a reforma do Imposto de Renda, aprovada na Câmara e engavetada pelo Senado. Há ainda uma perda calculada de R$ 15,5 bilhões com a mudança na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) sobre os combustíveis, também parada no Senado, somada à decisão do STF de barrar a cobrança de alíquotas de ICMS mais altas sobre o fornecimento de energia e telecomunicações.

Além disso, os municípios alegam que podem ficar sem R$ 3 bilhões para despesas da assistência social em função do Orçamento autorizado e não pago pelo governo federal.

"As perdas estimadas para os municípios, de aproximadamente R$ 70 bilhões, poderiam manter, em termos comparativos, o orçamento da assistência social por cerca de 29 anos", conclui o estudo apresentado pela CNM.

A PEC dos Precatórios, promulgada recentemente, garantiu o parcelamento da dívida previdenciária dos municípios, que totaliza R$ 126,5 bilhões, com redução de R$ 36,3 bilhões de juros e multas. Ainda assim, as prefeituras acionaram a Justiça para cobrar

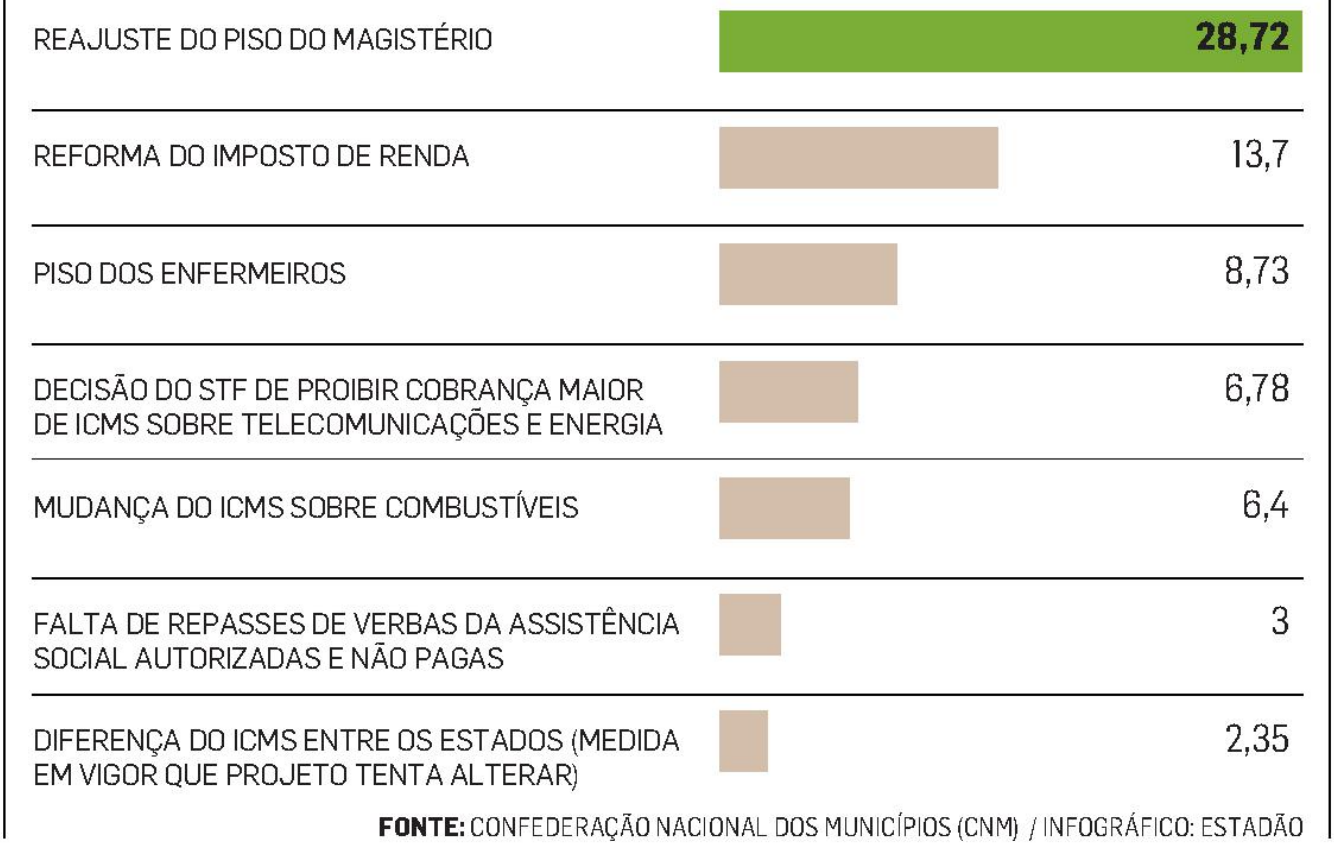
mais de R$ 150 bilhões da União em função de repasses ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), uma bola de neve que pode gerar novos precatórios para o governo federal. "A União deve muito mais para nós do que nós devemos para ela", afirmou o presidente da CNM. "Por isso, nós tivemos que entrar em juízo agora, porque a União não respeita os municípios. A federação brasileira é um atropelo."

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

BOMBA FISCAL

Municípios projetam rombo de R$ 70 bilhões em 2022

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS (CNM) / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Velho Bolsonaro volta depois das 7 ondas - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Capacidade de país crescer gera fragilidade fiscal, diz Campos Neto

Larissa Garcia

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que a atual fragilidade fiscal não vem apenas de ruídos em relação ao possível desajuste das contas públicas, mas também do questionamento do mercado sobre a capacidade de crescimento estrutural do Brasil.

"A grande fragilidade fiscal do momento não está ligada aos movimentos de curto prazo de melhora [das contas públicas] , mas a qual é a capacidade que o país tem de crescer", disse em evento organizado pelo TCU (Tribunal de Contas da União) nesta terça (14).

Ele ressaltou que o crescimento estrutural do Brasil está abaixo de outros emergentes. "Porque, nas simulações de curva, quando coloco crescimento mais baixo e taxa de juros mais alta, a trajetória da dívida explode", afirmou.

"Esse prêmio [de risco] fiscal não está 100% associado aos ruídos de curto prazo, que se criou um gasto permanente e tem que identificar a fonte, parte sim, mas a questão qual é a capacidade que o país tem de crescer. Se o país não crescer, não vou conseguir atingir a sustentabilidade fiscal", reiterou o presidente do BC.

Ele se referia ao novo programa social do governo, o Auxílio Brasil, que substitui o Bolsa Família. O mercado recebeu mal a manobra do governo para ampliar gastos para financiar o benefício e driblar o teto de gastos.

Campos Neto voltou a falar que o país pagou um preço alto por um desvio fiscal que foi baixo. "Isso veio da percepção de que algo estrutural estava acontecendo", concluiu.

"Claramente houve a percepção de que medidas estruturantes importantes para o Brasil, como o tema dos precatórios e da **reforma tributária**, estavam ligados ao programa de extensão do enfrentamento à pandemia", avaliou.

"A forma como foi feita [a PEC do Calote] de mudar o indexador [de correção] gerou algum questionamento se é violação do arcabouço ou não, não cabe ao BC dizer [...] É importante que o governo sinalize qual é tipo de arcabouço fiscal que será utilizado em médio e longo prazos." Segundo ele, os agentes econômicos estão prevendo crescimento mais baixo para os próximos anos. "Em relação ao nível do **PIB**, voltamos para 2014", destacou.

Na apresentação, Campos Neto mostrou que há movimento de alta de juros em todo o mundo. "Esse aperto monetário global tem uma implicação para o mundo emergente que é secar a liquidez ainda mais. Lembrando que o Brasil precisa desse investimento externo para gerar crescimento uma vez que a parte fiscal basicamente está exaurida."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Ao governo o que é do governo?

Circe Cunha

Tomando a Bíblia pelo seu aspecto secular, em que está registrada parte da história humana ocorrida naquela região do planeta, o que se observa, apenas com relação à cobrança de **impostos** extraídas, de forma bruta e autoritária, daquelas populações que viveram esse período, a sensação que temos é de que pouco ou nada dessa tributação desigual e forçada foi alterada nos dias de hoje em nosso país, passados 2 mil anos.

Ostentamos sem muito orgulho o campeonato de nação com uma das maiores cargas tributárias do mundo. Se formos observar pelo aspecto de retorno desses **impostos** para a sociedade, então, seremos campeões absolutos. É como se esse aspecto da exploração do homem pelo homem, mesmo em sociedade ditas modernas, permanecesse congeladas no tempo.

Ainda hoje muito se discute entre nós sobre a urgência de uma **reforma tributária** que seja mais harmônica e que onere mais quem mais possui. Quando o governo é justo, o país tem segurança; mas quando o governo cobra **impostos** demais, a nação acaba na desgraça (Provérbios 29:4). Apenas resumindo toda a complexa discussão sobre a falta de equidade na cobrança de **impostos**, verificada no cotidiano dos brasileiros, nada é mais atual do que essa observação colhida há 20 séculos.

A situação do ponto de vista da segurança pública do país, em que a criminalidade e a violência são realidades diárias que assustam não só os brasileiros, mas todo o mundo civilizado, evidencia que, de fato, pelo volume absurdo de tributação, a nação acabou em desgraça. Sob o ponto de vista histórico, o cristianismo veio para abalar as estruturas terrenas, estabelecendo uma espécie de conflito pacífico entre o que seria a justiça divina e a justiça dos homens. Contudo, o personagem central do Novo Testamento, Jesus, não questionava, de forma frontal, o pagamento de **impostos** às autoridades que comandavam seu país.

Mesmo deixando claro que os cristãos deveriam obedecer às autoridades terrenas, muitos conflitos aconteceram naquelas regiões por conta da cobrança exagerada de **impostos**. O que a Bíblia enfatiza é que **impostos** estão dentro das leis, portanto, é preciso cumpri-las. Se a lei da terra afirma que todos devem pagar **impostos** de guerra, então, é isso que devemos fazer. É a lei. Mas devemos, porém, trabalhar e rezar muito para mudar essa lei. É o que recomendava em Romanos 13:1, e é o que parece que devemos fazer hoje, se desejamos ver implantado uma justiça tributária.

É nesse ponto que essa discussão é remetida aos representantes da população com assento no Congresso. Uma discussão, ao que parece, não ser do interesse deles nem do governo, uma vez que parte significativa desses **impostos** vai parar nas mãos deles, em forma de emendas compulsórias e outros infinitos benefícios pessoais.

Com relação ao retorno desses **impostos** na forma de serviços à população, no mesmo trecho da Bíblia era recomendado que uma alternativa seria ter a possibilidade de determinar que nossa parte do imposto de guerra seja utilizado nos esforços de paz. Este caminho seria a forma legal, construtiva e positiva de resolver a situação.

É o que não ocorre entre nós, mesmo sabendo que não estamos em guerra. O que está implícito em passagens como essas é que os **impostos** só se tornam justos, quando revertidos em benefício de todos. Em outra passagem referente a João Batista, contida em Lucas 3,10-18 , era recomendado aos cobradores de **impostos**: Não cobreis nada mais do que foi estabelecido , sendo que, aos oficiais de justiça (soldados) que acompanhavam os cobradores de **impostos** (publicanos), era recomendado: Não maltrateis a ninguém, nem tomeis dinheiro à força; não façais denúncias falsas e contentai-vos com o vosso salário. A cada um o que lhe é devido, ensina o livro histórico.

Site:
http://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2021/12/4970859-ao-governo-o-que-e-do-governo.html

Preço do gás residencial deve subir de 32% a 41%

BRUNO ROSA, RAPHAELA RIBAS E JOÃO SORIMA NETO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Após interrupção, Audi volta a produzir carros em fábrica do Paraná

STEPHANIE TONDO

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Brasil cresce menos

Fernanda Fernandes

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, reconheceu que o Brasil tem ficado para trás em termos de crescimento econômico. "Olhando o mundo, a gente vê que os países têm crescido mais do que o Brasil. O Brasil tem tido uma queda, enquanto outros países estão acelerando o crescimento", disse ele, durante evento promovido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Na análise de Campos Neto, o desequilíbrio das contas públicas é um dos motivos do baixo crescimento o país. "O Brasil precisa de investimento externo para gerar crescimento, uma vez que a parte fiscal está exaurida", afirmou. Além disso, o descontrole fiscal ajudou a alimentar a **inflação**, obrigando o BC a subir as taxas de juros, o que inibe a atividade econômica. "Em termos de juros, o Brasil foi o que subiu mais", observou Campos Neto.

E, se depender do BC, os juros continuarão elevados por um bom tempo. De acordo com a ata da última reunião do comitê de Política Monetária (Copom), divulgada ontem, a Selic deverá se manter na casa de dois dígitos no próximo ano, com expectativa de altas taxas (embora menores) também para 2023.

A ata revela que, o cenário básico usado atualmente pelo BC, "supõe trajetória de juros que se eleva para 9,25% ao ano em 2021 e para 11,75% durante 2022, terminando o ano em 11,25%".

PEC precária (Editorial)

É raríssimo encontrar motivos nobres na relutância de autoridades em prestar esclarecimentos básicos à sociedade. Um detalhamento da votação da PEC do Calote, a muito custo obtido da Câmara dos Deputados, vai confirmando a regra.

Só na segunda (13) esta Folha conseguiu que a Casa legislativa presidida por Arthur Lira (PP-AL) fornecesse a lista de oito deputados que participaram em condições excepcionais da análise em primeiro turno do texto, ocorrida há mais de um mês.

Graças a um ato da cúpula da Câmara, esses parlamentares puderam votar a distância, sem registro de presença no plenário, por estarem viajando em missão oficial. Com quatro apoios no grupo, a PEC passou com 312 votos -exatamente quatro acima do mínimo necessário.

Enfim divulgada, depois de um pedido com base na Lei de Acesso à Informação e da publicação de uma reportagem que relatava a resistência de Lira, a lista de imediato mostrou problemas. Um dos deputados relacionados não estava em viagem oficial naquela data; outro estava em Brasília e presente no plenário.

Os meandros do caso demandam mais apuração, mas desde já fica claro que o governismo empenhou energia, verbas e manobras regimentais para uma vitória milimétrica -e precária, dado que a PEC passou por alterações no Senado que voltam agora ao exame dos deputados.

Trata-se de um dano adicional à imagem de tuna legislação que teve péssima repercussão na economia e muito provavelmente terá seus ditames questionados no Supremo Tribunal Federal.

Peça central da estratégia de Jair Bolsonaro na busca pela reeleição, a emenda constitucional eleva sem justificativa razoável o teto de gastos inscrito em20i6 na Carta e promove um calote no pagamento de dívidas arbitradas pela Justiça, ou precatórios.

Abriu-se caminho, com isso, para o pagamento do Auxílio Brasil, versão ampliada do Bolsa Família -um objetivo meritório, sem dúvida, mas atingido com custos e riscos excessivos.

O aumento do gasto público, que nem de longe ficará limitado ao programa de amparo aos pobres, já cobra seu preço na forma de mais **inflação** e mais juros; a postergação dos precatórios deverá resultar em um passivo astronômico nos próximos anos.

A possibilidade de que o texto venha a ser considerado inconstitucional em um futuro próximo não se mostra mais animadora. Restarão, afinal, os problemas orçamentários reais que deveriam ter sido enfrentados agora, com racionalidade econômica e entendimento político.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760

Deputados aprovam texto-base da segunda parte da PEC do Calote

Danielle Brant, Thiago Resende e Washington Luiz

A Câmara aprovou nesta terça (14) em primeiro turno o texto-base da segunda parte da PEC (proposta de emenda à Constituição) dos Precatórios, ou do Calote, que prevê liberação de R$43,8 bilhões no Orçamento para atender às despesas extras previstas para 2022, incluindo o Auxílio Brasil.

O texto-base foi aprovado por 327 a 147 -eram necessários pelo menos 308 votos. Os deputados ainda precisam votar, em sessão marcada para esta quarta (15), sugestões de modificação à PEC, que, depois, passa pelo segundo turno, em que precisa obter novamente de 308 votos. Se não houver alteração de mérito, o texto vai a promulgação.

Os deputados devem suprimir dispositivo que contém previsão para o pagamento das parcelas dos precatórios do Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) dentro do mesmo ano.

O Senado criou esse calendário para evitar que o governo pagasse esses recursos a estados comandados por adversários políticos apenas após a eleição de 2022.

Acordo inicial previa também mudança no artigo que trata do limite para pagamento dos precatórios. O texto que veio do Senado trazia regras até2026.ACâmaraqueria derrubara expressão "até o fim de 2026" no artigo que estabelece o teto -os deputados desejavam estender até 2036.

Com a supressão, a PEC teria regras para o cálculo do pagamento dos precatórios de 2022 a 2026. Depois, haveria um vácuo sobre o mecanismo continuar valendo e sob quais regras. O receio de que a alteração pudesse devolver o texto ao Senado, porém, levou os deputados a desistir de suprimir o trecho.

A PEC foi criticada pela oposição e por partidos de centro-direita. Rara o líder do Novo na Câmara, deputado Paulo Ganime (RJ), era possível obter espaço para pagar o programa social de outra maneira.

"Dá para fazer o Auxílio Brasil, dá para aumentar programa de assistência à população mais pobre sem dar calote", disse. "O Brasil tem espaço para cortar despesas. Temos a emenda de relator, temos fundão, temos muita coisa. Só que ninguém quer cortar despesa." Já a deputada Erika Kokay (PT- DF) disse que os recursos poderiam ser usados para pagar emendas de relator e com fins eleitoreiros. "É o governo do caráter subterrâneo das suas próprias ações." A proposta aprovada nesta terça-feira contém as mudanças feitas pelos senadores à PEC do Calote e que dependiam de votação na Câmara.

Rara destravar o Auxílio Brasil, os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), acertaram a promulgação do texto comum na semana passada e decidiram que as mudanças do Senado seriam anexadas a uma PEC em tramitação na Câmara.

Com a aprovação desta terça, o efeito total da PEC do Calote é alcançado -R$ 106 bilhões em 2022. No entanto, segundo cálculos do Ministério da Economia, o valor é insuficiente para atender à promessa de reajuste de servidores feita por Bolsonaro, para ampliar as emendas parlamentares e para elevar os recursos do fundo de financiamento de campanha eleitoral Na semana passada, a promulgação da primeira parte da PEC foi marcada por críticas de senadores, que apontaram rompimento do acordo durante a votação no Senado.

Os parlamentares questionaram a promulgação de dois artigos, sem as alterações feitas pelos senadores, que retiram a vinculação dos gastos pelo governo. Assim, alegam que a proposta poderia abrir brecha para o governo gastar livremente os recursos.

A versão aprovada na Câmara nesta terça chancela os critérios do Senado para uso do espaço liberado pela PEC, ou seja, limitado a despesas obrigatórias vinculadas à **inflação**, Auxílio Brasil e desoneração da folha de pagamentos.

Inicialmente, a PEC foi desenhada para alterar a regra de cálculo do teto de gastos, que limita o avanço das despesas à **inflação**, e fixar um limite para o pagamento de dívidas judiciais da União, contra as quais já não cabe mais recurso.

A parte que representa um drible no teto de gastos

não foi modificada pelo Senado e, portanto, já foi promulgada na semana passada. O pilar que trata do pagamento de precatórios foi alterado pelos senadores, o que tornava necessária uma nova votação pelos deputados.

A equipe econômica conta com o espaço de R$ 106,1 bilhões para conseguir acomodar todas as despesas previstas para 2022.

Para assegurar a ampliação do Auxílio, o governo precisa de R$ 51,1 bilhões adicionais.

Outros R$ 48,6 bilhões serão destinados à correção de benefícios sociais pela **inflação**, à ampliação do teto de gastos de outros poderes (devido à mudança na regra) e ao ajuste nos mínimos constitucionais de saúde e educação.

Há ainda uma fatura extra de R$ 5,3 bilhões para bancar a prorrogação da desoneração da folha de pagamento para empresas, medida já acertada entre governo e Congresso.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Queda nos serviços amplia previsões de retração da economia no 4° trimestre

Leonardo Vieceli

A retração de atividade nos principais setores da economia, serviços, comércio e produção industrial, em outubro, reforça o quadro de fraqueza econômica no Brasil. Diante da queda generalizada, um número maior de analistas já projeta **PIB** negativo no quarto trimestre de 2021.

A deterioração do cenário ficou mais nítida nesta terça-feira (14), após o IBGE divulgar o resultado de serviços em outubro.

Na comparação com setembro, o volume do setor, o principal da economia nacional, teve baixa de 1,2%. Foi a segunda retração em sequência. Em setembro, o setor havia registrado queda de 0,7%.

Antes de divulgar o dado de serviços, o IBGE confirmara recuos de 0,6% na produção industrial e de 0,1% nas vendas do varejo no mesmo mês de outubro. Ou seja, os três setores pesquisados começaram o quarto trimestre no vermelho.

A perda de força na retomada ocorre em meio a um contexto de **inflação** alta, juros elevados e dificuldades no mercado de trabalho.

Nesta terça, a XP afirmou, em relatório assinado pelo economista Rodolfo Margato, que "o setor de serviços decepciona pelo segundo mês consecutivo".

O segmento inclui atividades que foram muito afetadas pelo distanciamento social, e a expectativa era de retorno com vigor quando a circulação de pessoas fosse totalmente liberada.

Na visão da XR se justamente essa parcela da atividade não reage como o esperado, "há riscos crescentes de contração do **PIB** no quarto trimestre".

A instituição projeta recuo de 0,2% no indicador entre outubro e dezembro, ante o terceiro trimestre, já descontados os efeitos sazonais.

No acumulado de 2021, a casa aposta em alta de 4,5% do **PIB**, após o tombo de 3,9% em 2020. Já em2022, a projeção é de variação nula (0%).

Os indicadores de volume de serviços, produção industrial e vendas do varejo guardam diferenças em relação ao cálculo do **PIB**, mas servem como um termômetro da atividade econômica.

O **PIB** já vem de dois trimestres negativos no Brasil. O indicador amargou baixas de 0,4% e 0,1% no segundo e no terceiro trimestres deste ano.

Para o economista-chefe da consultoria MB Associados, Sérgio Vale, os números de outubro divulgados pelo IBGE sugerem um cenário complicado até dezembro.

Por ora, a MB ainda estima um **PIB** com variação positiva de 0,1% no quarto trimestre, mas a tendência é de revisão para o campo negativo em breve, com a entrada de novos dados.

"Estamos caminhando para um **PIB** negativo", diz Vale.

"Alguns resultados já sinalizam que novembro não foi um mês muito favorável. Indicadores de confiança mostraram queda, a Black Friday não foi muito boa. Há o efeito da **inflação**, dos juros maiores e das incertezas." O economista João Leal, da gestora Rio Bravo, considera que a atividade se encontra em um quadro de estagnação.

A Rio Bravo ainda projeta **PIB** com leve variação positiva no quarto trimestre, entre 0,1% e 0,3%, mas não descarta um desempenho negativo.

"A palavra que melhor resume os últimos meses na economia é estagnação. Não conseguimos crescer", diz Leal.

Em nota, o Banco Original afirmou que o desempenho de serviços em outubro trouxe um viés de baixa para as projeções do **PIB**.

As estimativas atuais do banco para o indicador são de avanços de 0,2% no trimestre e de 4,8% no ano de 2021.

"Com todas as pesquisas do IBGE surpreendendo negativamente as nossas projeções, fica claro o viés negativo sobre a nossa projeção de **PIB**. Para 2022, o recado é o mesmo." Segundo economistas, o recuo de 1,2% do volume do setor de serviços pode ser

associado a fatores como a fraqueza da atividade econômica no geral e a **inflação** mais forte.

Mesmo com o recuo, o setor ainda está 2,1% acima do nível pré-pandemia, de fevereiro de 2020. A questão é que essa diferença já foi maior. Em agosto, os serviços chegaram a operar 4,1% acima do pré-crise.

Com a derrubada de medidas restritivas e a reabertura de atividades econômicas na pandemia, analistas esperavam uma recuperação mais consistente dos serviços.

O problema, segundo os especialistas, é que a piora de indicadores macroeconômicos abala o processo de retomada.

"Há uma situação de enfraquecimento geral da economia. Não sobra tanta renda para o consumo de serviços. A **inflação** corrói parte da renda disponível", diz Vale, da MB.

Ao recuar 0,6% em outubro, a produção industrial ficou 4,1% abaixo do pré-pandemia. Foi a quinta queda consecutiva do setor, que ainda sofre com a escassez de insumos e o avanço dos custos.

As vendas do varejo, por sua vez, ficaram 0,1% abaixo do pré-crise. O recuo de 0,1% em outubro foi o terceiro em sequência, abalado pela escalada inflacionária.

A **inflação** (IPCA) alcançou 10,74% em 12 meses até novembro. É o maior acumulado desde novembro de 2003.

O economista Rodrigo Ashikawa, da Claritas Investimentos, considera que a pressão dos preços é um dos principais motivos para os resultados negativos de serviços, indústria e comércio.

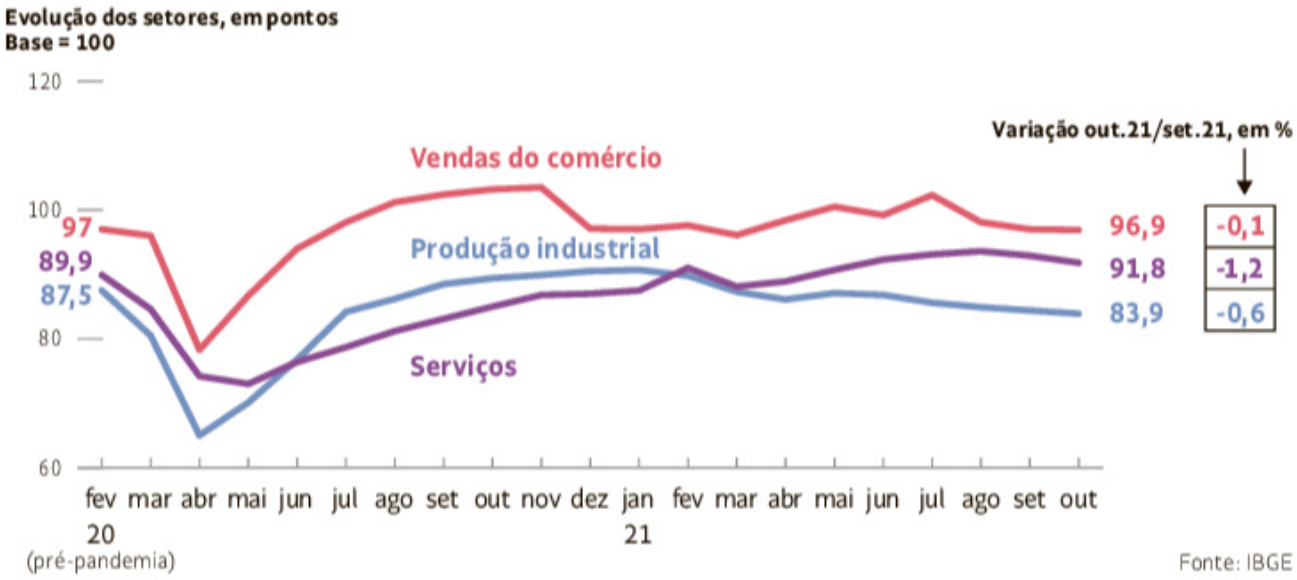
Por ora, ele mantém a projeção de **PIB** com variação positiva de 0,3% no quarto trimestre, mas não descarta revisões para baixo devido aos riscos existentes no cenário.

"Tivemos uma surpresa para baixo no setor de serviços em outubro. Isso mostra um cenário um pouco mais desfavorável para a atividade econômica no quarto trimestre."

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Atividade econômica perde fôlego

Setores começam o quarto trimestre com baixas em outubro



BC indica que juro ficará acima do esperado até 2023

O Copom(Comitê de Política Monetária) do Banco Central considera o ritmo atual de alta de juros adequado para levar a **inflação** e as expectativas às metas em 2022 e 2023, mas tem a avaliação de que a taxa básica deve permanecer acima do projetado pelo mercado durante o período.

Antes da reunião, economistas esperavam que a taxa básica (Selic) avançasse a 11,75% ao longo de 2022 para depois iniciar um ciclo de queda, com 11,25% até dezembro e 8% ao fim de 2023, segundo a pesquisa Focus. Esse foi o cenário utilizado na simulação do BC.

Comisso, a autoridade monetária indica que os juros devem ficar acima de 11,75% em 2022 e de 8% ao final de 2023.

"O Copom avaliou que, considerado esse viés devido à as simetria de riscos, suas projeções se encontram acima da meta tanto para 2022 como para 2023. Diante desse resultado, o Copom concluiu que o ciclo de aperto monetário deverá ser mais contracionista [juros mais altos] do que o utilizado no cenário básico por todo o horizonte relevante", ressaltou a ata da reunião da semana passada, divulgada nesta terça-feira (14).

No horizonte relevante -para quando o BC entende que a política monetária faz efeito-, as expectativas de **inflação** vêm crescendo. Para 2022 e 2023, as projeções estão em 5,02% e 3,46%, respectivamente, ambas acima do centro das metas para os períodos, de 3,5% e 3,25%.

Na semana passada, o Copom elevou a taxa básica novamente em 1,5 ponto percentual, a 9,25% ao ano. O BC indicou nova alta de mesma magnitude para próxima reunião, em fevereiro, para 10,75%.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Petrobras anuncia redução de 3,1% no preço da gasolina

Nicola Pamplona

A Petrobras anunciou nesta terça-feira (14) que cortará em 3,1% o preço de venda da gasolina em suas refinarias. A redução, de R$ 0,10 por litro, começa a valer nesta quarta-feira (15) e acompanha a queda das cotações internacionais da matéria-prima.

É a primeira redução no preço do combustível desde o dia 12 de junho. Após o corte, o preço médio de venda da gasolina nas refinarias da estatal será de R$ 3,09 por litro. Não houve alteração no preço do óleo diesel.

Com a redução desta quarta-feira, a alta acumulada do preço de refinaria da gasolina em 2021 cai para 68%. Nas bombas, o combustível acumulava, até a semana passa da, aumento de 36% no ano, já descontada a **inflação** do período.

Em nota, a Petrobras afirmou que o ajuste "reflete, em parte, a evolução dos preços internacionais e da taxa de câmbio, que se estabilizaram em patamar inferior para a gasolina". Nas últimas semanas, os preços internacionais foram impactados por temores sobre a variante ômicron.

O cenário levou o presidente Jair Bolsonaro (PL) a afirmar, no início do mês, que a Petrobras estava prestes a anunciar redução de preços. O reajuste não ocorreu na semana indicada pelo presidente da República, mas uma semana depois.

As declarações de Bolsonaro geraram um novo processo na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para apurar o cumprimento das regras de divulgação de notícias, fatos relevantes e comunicados por empresas com ações negociadas em bolsa.

No dia seguinte, a Petrobras divulgou nota dizendo que não havia decisão tomada sobre reajustes e reforçando que não antecipa eventuais decisões a autoridades.

Logo após a repercussão, Bolsonaro negou ter tido informações privilegiadas.

"Precisa ter bola de cristal para saber que tem que diminuir o preço da gasolina, caindo o [petróleo] Brent? Caiu acho que US$ 10. Eu falei isso aí, pronto: 'Informação privilegiada'", disse a apoiadores no dia 6.

A escalada dos preços dos combustíveis durante o ano provocou estragos na popularidade do presidente e foi o principal fator de pressão inflacionária no país, empurrado o IP CA acumulado em 12 meses para 10,74% em outubro, o maior valor para o período desde 2003.

A política de preços da Petrobras trabalha com um conceito conhecido como paridade de importação, que simula quanto custaria para trazer os combustíveis do exterior para o mercado interno. O modelo é criticado pela oposição e por sindicatos, mas defendido pelo setor de petróleo.

"A Petrobras reitera seu compromisso com a prática de preços competitivos e em equilíbrio com o mercado, ao mesmo tempo que evita o repasse imediato para os preços internos, das volatilidades externas e da taxa de câmbio causadas por eventos conjunturais", afirmou a estatal.

Site:
https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49760&anchor=6447238&pd=6fc3d58f891d4ba01ef63b7f3e9ef419

Pisando forte no freio da inflação (Editorial)

A **inflação** supera as previsões, a economia cresce menos que o esperado, as expectativas são ruins, o cenário internacional piorou e será preciso um aperto maior para conter a alta de preços. São sombrias, para usar uma palavra suave, as projeções do Banco Central (BC) para o último ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro. Pelo menos tão sombrias, pode-se acrescentar, quanto as do mercado.

Crescimento econômico de 0,50% em 2022 e **inflação** de 5,02%, acima do teto da meta, são estimativas incluídas no boletim Focus, baseado em números de instituições financeiras e de consultorias. Mas os técnicos do mercado andaram piorando, até recentemente, as condições econômicas esperadas para 2023 e 2024.

É fácil entender, portanto, por que a palavra "desancoragem" aparece quatro vezes na ata da última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do BC, formado por diretores da instituição. Um dos objetivos permanentes do Comitê é manter boas expectativas no mercado quanto à evolução dos preços. Quando há segurança e as expectativas estão ancoradas, a tarefa de manter a estabilidade de preços é mais simples. Não é preciso cuidar do pessimismo de quem toma decisões no mundo financeiro e em outros mercados.

Houve, recentemente, sinais de desancoragem, e esse problema foi incluído com destaque na pauta da política monetária. "Ancoragem" aparece duas vezes na ata divulgada na terça-feira.

O trabalho será complicado e o "ciclo de aperto monetário", segundo o Copom, "deverá ser mais contracionista" do que seria em condições menos desafiadoras. A piora das expectativas e o risco de agravamento das contas fiscais tornam recomendável uma política mais dura, com juros muito elevados.

Por enquanto, o plano é manter a elevação de 1,5 ponto porcentual. Com isso, os juros básicos chegam a 9,25% neste fim de ano e devem ser aumentados para 10,75% na reunião programada para o começo de fevereiro.

No mercado, a taxa esperada para o fim de 2022 chegou a 11,50%. Mas os juros poderão ir além desse nível, pode- se apostar, se as pressões inflacionárias se mantiverem fortes. Isso dependerá, em boa parte, da evolução de receitas e despesas federais no próximo ano, quando o presidente estiver mais duramente empenhado na busca da reeleição. Insegurança fiscal, câmbio e **inflação** estão fortemente conectados, como já se verificou durante a maior parte deste ano.

Além de terminar em condições muito ruins, o atual mandato presidencial deixará um péssimo legado para quem assumir o posto em janeiro de 2023, segundo as apostas do mercado e do Copom. O Comitê reafirma o compromisso de conduzir a **inflação** à meta, mas sem fixar claramente um prazo.

Não mais se fala de um ajuste realizável até o fim de 2022. O "horizonte relevante" mencionado na ata inclui também o ano seguinte. O aperto poderá prolongar-se até lá, mesmo com alguma redução gradual dos juros básicos.

A última projeção do mercado situa em 8% a taxa básica esperada para o fim de 2023.

Juros elevados, portanto, deverão prevalecer na primeira metade do novo mandato presidencial, se o BC persistir em domar a **inflação** e em restabelecer a ancoragem das expectativas.

Essa ancoragem poderá estar recuperada em 2023, se o aperto prometido para 2022 der o resultado pretendido.

Para isso a política deverá, como já se anunciou mais de uma vez, avançar "significativamente em território contracionista".

Mas essa decisão também implica, segundo a ata, "suavização das flutuações econômicas e fomento do plenoemprego".

É difícil imaginar esses efeitos durante o período de aperto mais forte, com crédito muito caro e inacessível a grande parte dos empresários e dos consumidores. Mas a redução da **inflação** e a melhora das expectativas tenderão a resultar, depois de algum intervalo, em recuperação dos negócios e do emprego. Nenhum ajuste monetário, no entanto, produzirá efeitos significativos e duradouros enquanto o poder central falhar nas funções e responsabilidades de um verdadeiro governo. Para isso nenhum banco central tem remédio.

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Custos econômicos do combate à corrupção (Artigo)

Luciano Benetti Timm, ADVOGADO, É DOUTOR E PROFESSOR DE DIREITO

O tempo passa, e me dei conta de que há quatro anos publiquei artigo sobre a Operação Lava Jato, neste espaço, em que previa uma encruzilhada para o País, um dilema de path dependency, no jargão da Análise Econômica do Direito - ou seja, aquela dificuldade de países em desenvolvimento de vencerem sua inércia institucional e se tornarem verdadeiramente democráticos e livres (o que depende de uma aplicação da regra do direito aos "donos do poder", para usar linguagem de Faoro). E nada mais subdesenvolvido do que instituições políticas e econômicas organizadas por teias de corrupção.

Nada melhor do que aproveitar este momento do País e fazer um novo balanço sobre o ocorrido.

Naquela ocasião, eu defendia, com base em Douglass North, Nobel de Economia, que o desenvolvimento econômico não pode ser mensurado apenas pelo Produto Interno Bruto (**PIB**) do corrente ano.

Fundamentais para a consolidação do desenvolvimento são as instituições, ou seja, as regras formais e informais do jogo de funcionamento da sociedade.

Economistas e juristas vêm tratando das instituições para demonstrar como a evolução das regras que estruturam os incentivos comportamentais dos indivíduos e das organizações sociais predeterminam e condicionam o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Nessa esteira, algumas sociedades ficam presas ao passado e não conseguem superar o subdesenvolvimento ("caminho da dependência") e outras rompem essa barreira institucional. Genericamente falando, a impessoalidade é fundamental para o êxito de um sistema econômico de mercado. E Daron Acemoglu deixa isso muito claro em sua famosa obra Por que as nações fracassam?. Em resumo, instituições políticas com elites extrativistas aprisionam o mercado (um "capitalismo de laços", na feliz expressão de Sérgio Lazzarini).

Um dos pontos essenciais com que as instituições devem lidar é a corrupção, e não podemos perder isso de vista.

Isso pode ser feito de maneira informal (como nos países nórdicos, onde há uma certa cultura de respeito à coisa pública) ou de maneira formal, com punição jurídica (como nos Estados Unidos). No Brasil, só temos essa segunda opção no curto prazo. Portanto, só o Direito pode nos salvar da corrupção, assim como a Economia nos salvou da **inflação**.

Ora, o escopo da Operação Lava Jato era justamente o de buscar investigar atos de corrupção, entre outros ilícitos, no âmbito de contratos formulados entre a Petrobras e seus fornecedores. Não quero, aqui, discutir temas processuais da operação, mas sim seus reflexos econômicos, tema que tem aparecido, de forma preocupante, recentemente.

Com efeito, no Supremo Tribunal Federal (STF) a discussão jurídica se centrou, num primeiro momento, no campo do Direito Penal e do processo penal. Todavia, mais recentemente, em votações de processos acerca de notório condenado pela operação, começa a se ouvir novamente a narrativa do prejuízo econômico de combater a corrupção. Antes que escutemos que "corrupção é bom para a economia" ou "óleo que move as engrenagens da economia", é bom refletirmos um pouco mais sobre isso.

Em primeiro lugar, a lei deve ser cumprida por todos; corrupção é um crime em todo lugar do mundo, apesar de não ser violento. Gary Becker ganhou o Prêmio Nobel de Economia ao defender que corruptos, como quaisquer criminosos econômicos, são agentes econômicos racionais que ponderam o custobenefício da prática de um crime.

Vale dizer, consideram a pena em jogo e, fundamentalmente, a probabilidade de serem pegos e de, sendo pegos, cumprirem efetivamente a pena.

Portanto, cabe às autoridades públicas investigar, processar e punir rigorosamente a corrupção.

Em termos econômico-jurídicos, portanto, cabe ao Judiciário brasileiro aumentar o custo da corrupção, em vez de criar enfadonhas discussões processuais que nunca têm fim, o que acaba privilegiando litigantes abastados.

É claro que nenhuma garantia constitucional democrática deve ser posta em risco. Se equívocos houve, podem-se aperfeiçoar as instituições investigativas e judiciais, mas precisamos submeter os "donos do poder" ao "império da lei". Estamos à beira de "jogar o bebê fora junto com a água suja do banho", colocando a perder anos de investimento no combate à corrupção pelos órgãos policiais, acusatórios e judiciais.

Em segundo lugar, o custo econômico da referida operação tem de ser examinado com prudência. Assim, não se trata de discutir apenas os impactos de curto prazo da referida operação. Do contrário, ditaduras seriam desejáveis porque democracias têm um custo para a formação do consenso.

Mas a coisa não é tão simples assim. Vale dizer, a opção pela democracia tende sempre a ser a melhor opção no longo prazo para o desenvolvimento de um país, a despeito do eventual custo que tenha no curto prazo. Da mesma forma o combate à corrupção.

Há ganhos institucionais em termos políticos e econômicos.

Essa agenda não deve ser perdida em 2022

Luciano Benetti Timm, ADVOGADO, É DOUTOR E PROFESSOR DE DIREITO

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

América Latina flerta com as criptomoedas

Quiosque aceita bitcoins na praia de El Zonte, em El Salvador; cada vez mais latino-americanos recorrem às moedas digitais

ARQUIVO PESSOAL

FERNANDA SIMAS

Quando José Avilez começou a trabalhar com videogames na Venezuela, não imaginava que isso mudaria sua vida. Com a ampliação do uso de criptomoedas para driblar a crise econômica, o negócio ganhou outro patamar e lhe possibilitou comprar uma casa e um carro. "Eu sustento o meu lar agora. Mantenho financeiramente meus pais, irmãos e uma tia", diz.

Assim como Avilez, outras milhões de pessoas usam as criptomoedas em diferentes países da América Latina, um mercado em expansão diante da falta de políticas monetárias próprias, da alta **inflação**, da desvalorização das moedas locais e da alta taxa de informalidade, além da facilidade de acesso: em 2019, 68% dos latino- americanos tinham acesso à internet, segundo o Banco Mundial, enquanto apenas 18% tinham algum cartão de crédito, por exemplo.

"Acessar o mercado de criptomoedas e fazer transações é significativamente mais fácil do que o mercado tradicional.

Se você tem internet e celular, você já tem acesso ao mercado.

Em El Salvador, já tem mais gente com acesso ao app de criptomoedas do governo do que com contas bancárias", afirma o diretor de expansão da Crypto.com para o Brasil, Guilherme Sacamone.

MOEDA OFICIAL.

Sem política monetária própria e dependente do dólar, o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, anunciou o bitcoin como moeda oficial, em setembro, apesar da advertência do FMI dos riscos envolvidos.

"O que chama a atenção no caso é que o presidente fez um discurso de mudar paradigmas e digitalização da economia e quer ocupar o espaço de operador da criptomoeda sem pedir registro de recurso. Bukele distribuiu US$ 30 em criptomoeda por cidadão, para encorajar o uso do sistema", disse o professor de geoeconomia internacional da ESPM-SP Leonardo Trevisan.

Recentemente, o presidente salvadorenho anunciou a compra de 100 bitcoins, com os quais teria gastado cerca de US$ 5 milhões. Bukele anunciou ainda a construção da primeira cidade bitcoin do mundo, em Conchagua, utilizando a energia geotérmica de vulcões.

Mas, mesmo assim, El Salvador ainda não passa a Venezuela, terceiro país do mundo com maior incidência de criptomoedas, atrás apenas de Ucrânia e Rússia.

"Nós, venezuelanos, começamos a usar as criptomoedas entre 2015 e 2016, quando a crise começou a piorar. A necessidade nos obrigou a procurar métodos alternativos para enviar e receber dinheiro dentro e fora do país. O bitcoin foi o grande

salvador dos venezuelanos", conta Avilez.

MOVIMENTAÇÃO.

Em 2020, os países latino-americanos enviaram US$ 25 bilhões em criptomoedas e receberam US$24 bilhões, o que representa 9% de todas as criptomoedas do mundo. A Venezuela representa US$ 3 bilhões desse valor.

O país, com **inflação** projetada de 1.600%, segundo a Ecoanalítica, já cortou 14 zeros de sua moeda, o bolívar, desde 2008. Apenas em 2021, o governo anunciou o corte de seis zeros.

Com isso, o dinheiro perdeu valor e o venezuelano comum precisa recorrer ao dólar ou às criptomoedas.

"Com as criptomoedas, o governo não consegue imprimir quanto de dinheiro quiser e isso dribla a **inflação**. A emissão de criptomoedas não está sob a jurisdição de nenhuma instituição e isso faz com que ela seja um pouco mais confiável, porque o que define é a tecnologia, que não permite que interesses particulares definam a emissão. Isso se mostra mais confiável para as pessoas", afirma Sacamone.

E foi justamente isso que tirou Avilez da pobreza nos últimos anos. O jovem de 35 anos é mais conhecido como Etinen, nome que usa para as transações que faz com o videogame Tibia. "Basicamente, nossa economia tem base em criptomoedas.

Eu uso para vender os jogos e para proteger minhas finanças, afinal temos a maior **inflação** do mundo e o valor do câmbio bolívar-dólar é muito volátil", conta.

Com o que recebe vendendo o Tibia, Avilez consegue comprar comida, pagar contas e até comprar eletrodomésticos.

"Já comprei comida em um mercado de Caracas que se chama Excélsior Gama, aceitaram meus USDT. Também comprei comida pelo delivery e até bilhetes aéreos". Uma assinatura mensal do Tibia vale 11 USDT.

Na Colômbia, o governo revogou qualquer limite em criptomoedas com registro e o uso de criptomoedas chegou aos caixas eletrônicos. O país tem a maior rede de caixas eletrônicos de criptomoedas - atualmente são 60 Coin ATM Radar, que permitem a troca direta de uma moeda, seja física ou de uma conta bancária, e qualquer criptomoeda.

"É preciso fazer um alerta. O país não tem uma economia que justifique a movimentação de tanta criptomoeda e isso acende um alerta na DEA", explica Trevisan. Segundo a agência antidrogas dos EUA, "a criptomoeda favorece a lavagem de recursos ilícitos em razão do anonimato e da velocidade das transações".

Fator importante para levar as classes mais simples da Colômbia a adotarem a criptomoeda em atividades cotidianas está a alta informalidade.

Em 2020, ao menos 32,1% da população estava em trabalhos informais. Além disso, é preciso considerar que no país vive a maior comunidade de venezuelanos que fugiram da crise.

"Uma das vantagens da criptomoeda são as baixas taxas bancárias. A informalidade do trabalho na América Latina é muito alta e boa parte das pessoas depende dos recursos do imigrante. As classes D e E, por exemplo, precisam da criptomoeda para fazer a transferência de renda", afirma Trevisan.

Os imigrantes latinos que continuam vivendo nos EUA ou em países da Europa, por exemplo, ou mesmo em outros países latino-americanos, mandaram mais dinheiro a seus parentes durante a pandemia de covid-19 e tentam escapar das altas taxas dos bancos.

"A transação em criptomoeda é como um Pix, é um movimento livre", disse Trevisan.

REMESSAS. Em junho de 2020, a República Dominicana recebeu 26% a mais de remessas do que no mesmo período de 2019. Em El Salvador, o aumento foi de 10%. De acordo com o Banco Mundial, em toda a América Latina, a receita das remessas representa quase 2% do **PIB** total da região.

Estima-se que existam 6 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos em todo o mundo. Destes, 5 milhões estão na América Latina e no Caribe, principalmente em Colômbia, Brasil, Argentina, Equador, Peru e Chile. Avilez lembra que, apesar do grande êxodo de venezuelanos, muitos não têm condições de deixar o país e as remessas são a única forma de renda.

"Com a crise, muitos foram embora e começou a ocorrer aqui o que não era comum, as remessas. E, para os venezuelanos de fora conseguirem mandar dinheiro para cá, usavam cambistas informais. Agora, esses cambistas recebem em moedas locais (dos outros países), compram criptomoedas e as enviam para cá", afirmou.

Atualmente, o bitcoin é a criptomoeda mais popular na América Latina. O México foi pioneiro na regulamentação do uso e nas operações de casas de câmbio digital, com sua Lei Fintech, de 2018. Já

Equador e Bolívia baniram, em 2014, a circulação de criptomoedas em seus territórios.

No Brasil, o uso das criptomoedas está mais voltado para investimentos e ampliação de capital. "Percebemos diferentes modos de uso das criptomoedas em diferentes países, de acordo com cada necessidade.

O Brasil é o primeiro país que a gente precisa estar presente em razão do tamanho do mercado, mas o volume ainda é concentrado em grandes transações, ou seja, em investidores que entendem do assunto", disse Sacamone.

"Uma das vantagens da criptomoeda são as baixas taxas bancárias.

A informalidade do trabalho na América Latina é muito alta e boa parte das pessoas depende dos recursos do imigrante. As classes D e E, por exemplo, precisam da criptomoeda para fazer a transferência de renda" Leonardo Trevisan Professor de geoeconomia internacional da ESPM-SP

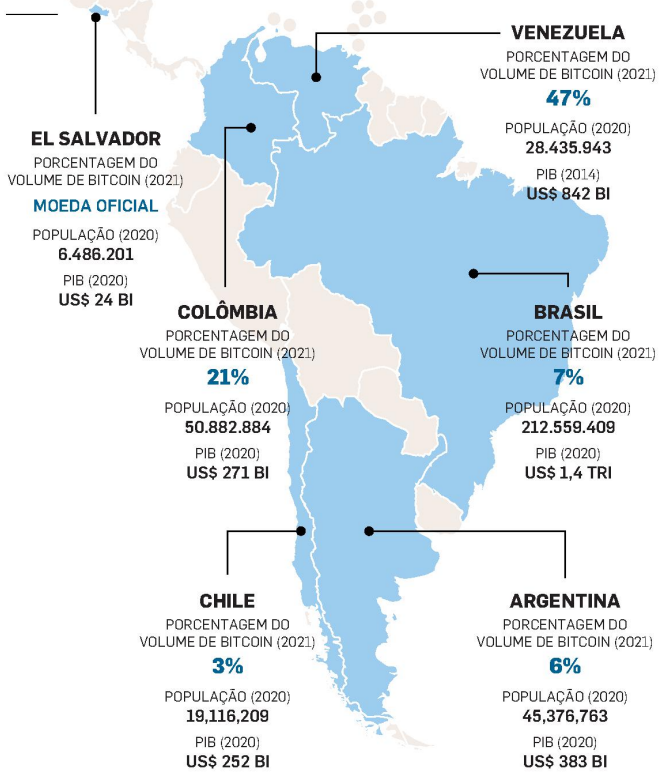
No Brasil, maior economia da região, o uso das criptomoedas ainda está mais voltado para investimentos e ampliação de capital

Disseminação O venezuelano José Avilez: pequena fortuna com a venda de videogames, driblando a crise ao receber em criptomoedas

Site: https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

PANORAMA

Países com desequilíbrio econômico registram maior uso de criptomoedas no dia-a-dia da população



BRASIL

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**47,1%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**70%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**74%** (2019)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	**7%** (2021)

CHILE

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**25,3%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**74,3%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**82%** (2017)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	**3%** (2021)

COLÔMBIA

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**32,1%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**45,7%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**65%** (2019)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	**21%** (2021)

EL SALVADOR

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**69,1%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**30,3%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**50%** (2019)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	MOEDA OFICIAL

ARGENTINA

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**49,4%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**48,7%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**74%** (2017)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	**6%** (2021)

VENEZUELA

POPULAÇÃO NA INFORMALIDADE	**57%** (2020)
POPULAÇÃO COM CONTA BANCÁRIA	**73,5%** (2017)
POPULAÇÃO COM ACESSO À INTERNET	**57%** (2014)
PORCENTAGEM DO VOLUME DE BITCOIN	**47%** (2021)

FONTES: Banco Mundial, OIT, CoinsPaid / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

BC indica juros de dois dígitos para conter inflação

O Banco Central indicou a volta dos juros básicos da economia em dois dígitos, ao afirmar ontem que o mais "adequado" é aumentar a Selic em 1,5 ponto no próximo encontro do Comitê de Política Monetária (Copom), em fevereiro, quando a taxa deve chegar a 10,75%.

A informação consta na ata do mais recente encontro do comitê, quando a Selic subiu para 9,25%, o patamar mais alto desde setembro de 2017.

"Concluiu-se que o ritmo de ajuste de 1,50 ponto porcentual, neste momento, é adequado para atingir, ao longo do ciclo de aperto monetário", disse o BC, na ata. Pelo cenário traçado, o BC considera uma taxa de juros de 9,25% ao ano no fim de 2022 e de 11,25% ao ano no fechamento de 2023.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

O positivo avanço do Open Banking (Editorial)

Em meio a uma enxurrada de notícias negativas na economia, de vez em quando é possível captar alguma onda positiva vindo de Brasília. Uma dessas ondas, produzida dentro do Banco Central (BC), é o programa batizado de Open Banking - que é a possibilidade de as instituições financeiras compartilharem entre si os dados de seus clientes. Iniciado há apenas quatro meses, o programa ainda está longe de cumprir o seu objetivo final, o de permitir aos consumidores acesso a financiamentos e serviços bancários mais baratos. Mas tem avançado, segundo o próprio BC, num ritmo mais veloz que o esperado inicialmente.

Nesta quarta-feira, entra em vigor a quarta e última fase da implantação do programa, com a permissão para que as instituições troquem informações relativas a investimentos, câmbio, seguros e previdência, desde que isso seja autorizado pelos clientes. Até aqui, nas três fases anteriores, o BC já recebeu mais de 1 milhão de autorizações de compartilhamento de informações. Não é ainda um número muito grande, mas, aos poucos, vai se formando uma massa de dados suficiente para que haja um efeito positivo, principalmente no que se refere ao crédito. Conhecendo o perfil do consumidor, as instituições terão condições de propor serviços mais personalizados.

É muito cedo para se dizer que a iniciativa do Banco Central alcançará sucesso. Isso dependerá, claro, de muitos fatores, principalmente da adesão em massa dos clientes. Mas é sem dúvida louvável essa determinação demonstrada pela direção do BC em melhorar o panorama da competição bancária no País, um mercado tradicionalmente muito concentrado.

Para especialistas, a adoção do Open Banking pode facilitar, por exemplo, o avanço das fintechs, como são conhecidas as empresas de tecnologia e inovação em áreas ligadas aos serviços financeiros.

Nesse sentido, o Open Banking não é uma iniciativa isolada. Junta-se a outras medidas que já foram adotadas pelo BC com o intuito de aumentar a competição no setor bancário. Antes, já há mais tempo, veio o cadastro positivo. Mais recentemente apareceram a duplicata eletrônica e o Pix - ferramenta de transferência automática de dinheiro que se mostrou um sucesso absoluto.

Na semana passada, o Congresso Nacional também aprovou um novo marco legal para o mercado de câmbio, modernizando as regras desse segmento, consideradas obsoletas. Agora, o Banco Central trabalha na implantação, num futuro não muito distante, de uma moeda digital - nos moldes das criptomoedas que existem hoje, embora com lastro no Real -, que poderá facilitar, por exemplo, transações com o exterior.

Embora haja muitas críticas ao BC em relação à condução da política monetária - a **inflação** ficará acima do teto da meta este ano e provavelmente também no ano que vem -, é bastante provável que todas essas iniciativas em favor da maior competição no sistema financeiro deixem um legado muito positivo para o País no futuro. O que não é pouca coisa para um órgão ligado a um governo cuja principal marca é a destruição.

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

Serviços recuam 1,2% em outubro, a maior queda no mês em cinco anos

DANIELA AMORIM RIO CÍCERO COTRIM SÃO PAULO

Assim como a indústria e o comércio varejista, o setor de serviços começou o quarto trimestre no vermelho. O volume de serviços prestados no País encolheu 1,2% em outubro ante setembro, a queda mais intensa para o mês desde 2016, de acordo com os dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O setor já tinha registrado perda de 0,7% no mês anterior.

A retração superou até as previsões mais pessimistas de analistas do mercado financeiro ouvidos pelo Projeções Broadcast, que estimavam uma queda negativa de 0,1%.

"O que pegou bastante nesse resultado de outubro é justamente a queda do ritmo de atividade (econômica)", avaliou o economista-chefe do Banco MUFG Brasil, Carlos Pedroso.

Economistas do banco Citi alertaram, em relatório, para "riscos crescentes para que o **PIB** (Produto Interno Bruto) do quarto trimestre mostre a terceira contração consecutiva", em vez da estabilidade atualmente prevista. Na passagem de setembro para outubro, a produção industrial encolheu 0,6%, enquanto as vendas no varejo ampliado - que inclui os segmentos de veículos e material de construção - diminuíram 0,9%, conforme dados anteriores do IBGE.

PIB AMEAÇADO. A economistachefe do Banco Inter, Rafaela Vitória, considerou frustrantes os resultados da economia em outubro, acrescentando que os indicadores de confiança não sugerem recuperação robusta da atividade em novembro e dezembro, embora haja boas notícias sobre retomada de fornecimento de peças para a indústria.

Rafaela afirma que pode revisar para baixo a projeção de estabilidade (0,0%) para o **PIB** do quarto trimestre. Em 2021, a economista estima crescimento de 4,8% para a economia brasileira, mas a projeção de alta de 0,5% para 2022 está ameaçada. "Começamos a ficar preocupados com 2022. Há um risco de recessão no próximo ano", alertou.

A perda de fôlego de atividades econômicas, como a indústria e o comércio, está afetando também o setor de serviços, explicou Rodrigo Lobo, gerente da Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Em outubro, quatro dos cinco subsetores de serviços investigados recuaram, como em setembro.

"O setor de serviços já vinha mostrando perda de ritmo desde junho", disse Lobo.

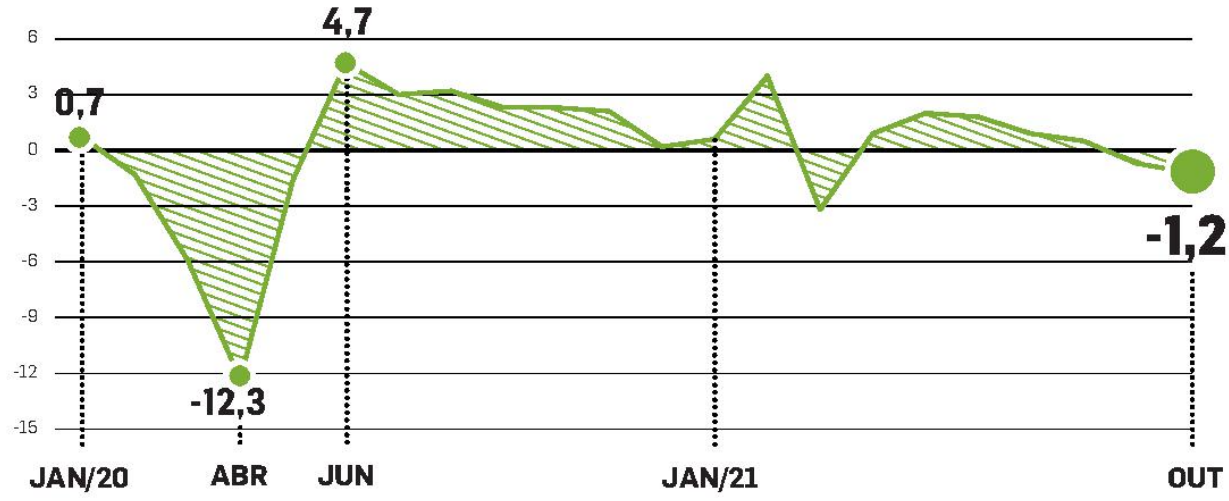
Na passagem de setembro para outubro, os destaques negativos foram os serviços de informação e comunicação (-1,6%) e o segmento de outros serviços (-6,7%). As demais quedas ocorreram em serviços profissionais, administrativos e complementares (-1,8%) e transportes (-0,3%).

Site: http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo

RECUO

Volume de serviços prestados

EM PORCENTAGEM



FONTES: IBGE / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

Para viabilizar auxílio

MANOEL VENTURA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Risco fiscal leva BC a adotar viés mais contracionista

GABRIEL SHINOHARA

Veja a matéria no site de origem:

https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Site: https://infoglobo.pressreader.com/o-globo

Consultorias cortam estimativas para o PIB

Ana Conceição

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Equipe de Guedes quer teto para reajustes e incluir poucas categorias

Fabio Graner e Fabio Murakawa

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Copom pretende manter os juros altos até 2023 (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1

Site:
https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187092?page=18&section=1